Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

CNPJ 60.884.319/0001-59

Santo André - SP

Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Conteúdo

Relatório de Administração

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeira

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Companhia tem sofrido contínuos prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro e passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo).

Cabe ressaltar, entretanto, que mesmo considerando que suas atividades operacionais estejam paralisadas desde o exercício de 2000, a administração busca viabilizar negociações que restabeleçam as condições de normalidade da Companhia para liquidação de todos os seus passivos, de sorte possibilitar o seu soerguimento com a prestação de serviços dentro do escopo do seu objeto social.

Para fazer frente as negociações de seu passivo tributário, a Companhia possui um caixa corrente positivo, decorrentes de contratos de locação de suas unidades fabris, que atualmente perfaz aproximadamente a quantia anual de R$ 3,5 milhões, podendo elevar essa capacidade com uma eventual implantação de ZPE na unidade (em análise e estudos).

Em consonância com as exigências legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Atendendo ao disposto ao que determina a resolução CVM Nº 162, de 13 de julho de 2022 a Companhia não obteve dos auditores independentes ou pessoas a eles ligadas, nenhum outro serviço que não os de auditoria externa em 2024, conforme firmado entre as partes.

A Diretoria agradece a todos os seus colaboradores e coloca-se a disposição dos Senhores para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

Santo André, 21 de fevereiro de 2025.

A Diretoria

MÜLLER&PREI

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.
Santo André - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido/ (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa "1", as atividades operacionais estão paralisadas desde o exercício de 2000 em função de inexistência de novos contratos. A Companhia tem sofrido contínuos prejuízos operacionais e apresentado deficiência de capital de giro e passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo). Sua continuidade está vinculada a decisão de seus acionistas em efetuarem investimentos e aportes de capital para identificação e desenvolvimento de novas atividades operacionais, além do sucesso nas negociações para a solução de seus passivos, especialmente trabalhistas, com debenturistas e tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Coisa Julgada em matéria tributária

Sem ressalvar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, os assessores jurídicos da Companhia estão analisando os processos judiciais já transitados em julgado e seus impactos perante as decisões do STF sobre tais questões.

Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Conforme apresentado na nota explicativa "12", em 03 de novembro de 2024, ocorreu o deferimento do pedido de parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com base no disposto na Lei nº 13.988/20 e da Portaria PGFN 6.757/22. Os débitos federais e previdenciários devidos à PGFN foram parcelados em 36 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 65% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou uma redução nos débitos (ganho) que representa R$ 33.749 mil, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em "Outras Receitas e Despesas", conforme disposto na nota explicativa "21".

Ainda, na mesma transação individual foram utilizados os créditos dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição, para liquidação parcial dos débitos inscritos em dívida ativa, gerando uma redução (ganho) no montante de R$ 9.652 mil, o qual foi registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em "IR e CS Diferidos", conforme disposto nas notas explicativas "17" e "22".

A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. São os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

<u>Continuidade</u>
O principal risco envolvendo a Companhia é com relação a sua continuidade operacional e condição de saldar seus passivos. O Patrimônio Líquido encontra-se a descoberto há vários exercícios e as negociações estabelecidas de sua atividade operacional normal e recuperação de sua situação, saldando seus compromissos. O cancelamento do parcelamento de suas dívidas tributárias, pelo REFIS, aumenta significativamente o montante devido, além de impactar negativamente na concretização de planos e objetivos estabelecidos.

Como o Assunto foi Conduzido em Nossa Auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão das projeções de obtenção de caixa e dos resultados esperados nas negociações em andamento, a serem concretizados em futuro próximo. Parte desses objetivos encontra-se relatado no Relatório da Administração. Considerando o deferimento do Termo de Transação Individual perante a Procuradora Geral da Fazenda Nacional, ocorrido em novembro de 2024, ocorreu uma expressiva redução dos débitos inscritos na PGFN. Essa questão é extremamente relevante para alcançar os objetivos estabelecidos, sendo necessário, para tanto, o cumprimento desse acordo com a PGFN. No decorrer do exercício, bem como depois de apresentadas as demonstrações financeiras para nossos exames mantivemos contato com os responsáveis da Administração. O resultado destes nossos procedimentos de auditoria sobre as projeções e concretização dos objetivos estabelecidos mostrou que os mesmos dependem de fatores que não são totalmente controlados pela Administração. Consequentemente, as dúvidas de êxito desses planos são relevantes e não nos permitem concluir favoravelmente sobre a continuidade e liquidação de seus passivos em um prazo razoável.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração;

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 21 de março de 2025.

GEORGE ANGNES:68097760959

Assinado de forma digital por GEORGE ANGNES:68097760959
Dados: 2025.03.26 10:22:52 -03'00'

MÜLLER & PREI AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-PR Nº 006.472/O-1 S/SP

GEORGE ANGNES
Contador CRC-PR nº 042.667/O-1 S/SP

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

Santo André - SP

Balanço Patrimonial

Ativo

	Nota	Em Milhares de Reais 31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Circulante		1.977	1.731
Caixa e equivalentes de caixa	5	19	26
Contas a receber de clientes	6	441	409
Outros direitos realizáveis	7	1.517	1.296
Não circulante		17.723	17.600
Direitos realizáveis		10.426	10.303
Cauções e depósitos judiciais	8	1.631	1.834
Depósitos judiciais tributários	8	8.795	8.469
Investimentos	9	52	52
Imobilizado	10	7.245	7.245
Total do ativo		19.700	19.331

Passivo e Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)

	Nota	Em Milhares de Reais 31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Circulante		125.998	167.873
Fornecedores	11	163	266
Obrigações sociais e trabalhistas		11	26
Obrigações fiscais e tributárias	12	81.330	122.812
Adiantamentos de clientes	8	-	263
Provisão para contingências	13	14.610	14.610
Debêntures	14	29.147	29.147
Empréstimos de terceiros	15	737	749
Não circulante		16.523	14.002
Obrigações fiscais e tributárias	12	2.569	48
Provisão para contingências com depósito judicial	13	5.153	5.153
Empréstimos de terceiros	15	8.801	8.801
Patrimônio líquido/(Passivo a descoberto)	16	(122.821)	(162.544)
Capital social		107.838	107.838
Reservas de capital		79	79
Prejuízos acumulados		(230.738)	(270.461)
Total do passivo e patrimônio líquido/(Passivo a descoberto)		19.700	19.331

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

Santo André - SP

Demonstração do Resultado

	Nota	Em Milhares de Reais Períodos 01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./23 a 31/dez./23
Receita operacional líquida	18	2.307	2.278
Lucro bruto		2.307	2.278
Despesas/Receitas operacionais		32.794	(2.238)
Despesas gerais e administrativas	19	(2.899)	(2.523)
Outras receitas/despesas	21	35.693	285
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		35.101	40
Receitas financeiras	20	376	539
Despesas financeiras	20	(5.406)	(7.604)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		30.071	(7.025)
IR e CS Diferidos	22	9.652	0
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		39.723	(7.025)
Quantidade de ações		6.621.487	6.621.487
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações		5,999	(1,061)

Demonstração do Resultado Abrangente

	Em Milhares de Reais Períodos 01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./23 a 31/dez./23
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	39.723	(7.025)
Movimentação do período	0	0
Resultado abrangente do período	39.723	(7.025)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

Santo André - SP

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido/(Passivo a Descoberto)

Em Milhares de Reais

Eventos	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos iniciais em 01 de janeiro de 2023	107.838	79	(263.436)	(155.519)
Prejuízo do exercício			(7.025)	(7.025)
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2023	107.838	79	(270.461)	(162.544)
Lucro líquido do exercício			39.723	39.723
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2024	107.838	79	(230.738)	(122.821)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

Santo André - SP

Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Método Indireto)

	Em Milhares de Reais Períodos 01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./23 a 31/dez./23
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) antes do IR e da CS	30.071	(7.025)
Ajustes por:		
Provisão para contingências	0	(256)
Resultado ajustado	30.071	(7.281)
(Aumento)/Redução dos ativos		
Contas a receber de clientes	(32)	(52)
Outros direitos realizáveis	(221)	734
(Redução)/Aumento dos passivos		
Fornecedores	(103)	(93)
Obrigações sociais e trabalhistas	(15)	5
Obrigações fiscais e tributárias	(29.309)	8.516
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	391	1.829
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Cauções e depósitos judiciais	(386)	(539)
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	0	(1.296)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(386)	(1.835)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos de terceiros	(12)	0
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(12)	0
Aumento líquido/(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(7)	(6)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	26	32
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	19	26

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

Santo André - SP

Demonstração do Valor Adicionado

	Em Milhares de Reais Períodos 01/jan./24 a 31/dez./24	01/jan./23 a 31/dez./23
Receitas	47.883	2.789
Receitas operacionais	4.482	2.789
Outras Receitas / Despesas	43.401	0
Insumos adquiridos de terceiros	(1.448)	(1.298)
Outros	(1.448)	(1.298)
Valor adicionado bruto	46.435	1.491
Valor adicionais recebido em transferência	376	539
Receitas financeiras	376	539
Valor adicionado líquido a distribuir	46.811	2.030
Distribuição do valor adicionado	46.811	2.030
Pessoal e encargos	447	454
Impostos	1.235	997
Despesas financeiras	5.406	7.604
Lucro/(Prejuízo) do exercício	39.723	(7.025)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

CNPJ 60.884.319/0001-59

Santo André - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Nota 1. Informações Gerais

A Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A. é uma Companhia de capital aberto inscrita no C.N.P.J sob número 60.884.319/0001-59, estabelecida na Alameda Roger Adam, nº 169 – Utinga – Santo André/SP.

A companhia tem como atividade operacional preponderante a produção de bens de capital destinados ao mercado interno e externo para os setores químico, petrolífero, petroquímico, criogenia, alimentício e de bebidas. Suas atividades estão paralisadas desde o exercício de 2000 em função da inexistência de novos contratos.

Nota 2. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as novas práticas financeiras adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Financeiras e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade além de normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua conclusão ocorreu em 21 de março de 2025.

Conforme informado na nota "1" as atividades da Companhia estão paralisadas desde o exercício de 2000 em razão da inexistência de novos contratos. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas considerando a normalidade de sua continuidade operacional. Entretanto, conforme estabelece o item 4.1 do CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Administração reconhece que estas demonstrações financeiras, ora apresentadas, não serão modificadas em sua forma de elaboração e apresentação, em caso de eventual impossibilidade de êxito quanto à sua continuidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas financeiras aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas financeiras críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas financeiras. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa "3".

2.2 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até noventa dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.3 Instrumentos Financeiros

2.3.1 Classificação

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

- <u>Ativos Financeiros</u>

  Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

  No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de "Receitas Financeiras e Despesas Financeiras".

  A Companhia possui Caixas e Equivalentes de Caixa, nessa classificação.

- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros.

- Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

- Passivos Financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

- Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

2.3.2 Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/(Perdas) Líquidos" no exercício em que ocorrem.

2.3.3 Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4 Contas a Receber de Clientes e Créditos de Liquidação Duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor faturado e correspondem à aluguéis de imóveis próprios, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade da Companhia.

2.5 Investimentos
Estão demonstrados pelo custo de aquisição.

2.6 Imobilizado
Os bens do ativo imobilizado são registrados pelo custo de aquisição ou de construção corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e foi levada ao resultado do exercício em conta de despesas operacionais. Não foi identificada evidência de perdas não recuperáveis para as contas de terrenos e edificações em relação ao valor contábil.

A Companhia, após julgamento da Administração em relação ao valor residual do ativo imobilizado, optou por manter os mesmos critérios de avaliação adotados em exercícios anteriores por considerá-lo mais justo, em face da situação econômica e financeira que vem atravessando desde a descontinuidade de suas atividades operacionais e que, qualquer acréscimo no imobilizado além de representar aumento nos custos operacionais em decorrência dos efeitos das depreciações, não representa benefício aos acionistas minoritários ou majoritários.

2.7 Contas a Pagar aos Fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e, subsequentemente, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até as datas dos balanços.

2.8 Demais Ativos e Passivos
Os demais ativos e passivos circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, atualização em base “pro-rata die”.

2.9 Provisões
As provisões de ações judiciais (trabalhista, civil e tributário) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

2.10 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente
As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, para imposto de renda e contribuição social. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Regime tributário da Companhia é o Lucro Real.

2.11 Apuração do Resultado e Reconhecimento da Receita
O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.
A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pelo aluguel de imóveis no curso normal das atividades da Companhia.

2.12 CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil
O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. A norma é aplicável a partir de 1° de janeiro de 2019, sem a exigência de reapresentação dos saldos de anos anteriores.

De acordo com a avaliação da Administração, essa norma não trouxe impacto significativo.

2.13. Pronunciamentos contábeis e interpretações
As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento;
- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro.
- CPC 26 (R1) / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras.
- CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Normas emitidas, mas ainda não vigentes
As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- CPC 02/IAS 21 Ausência de conversibilidade;
- CPC 40 e 48/IFRS 7 e 9 Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros;
- Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11;
- IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures;

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 3. Estimativas e Julgamentos Financeiros Críticos

As estimativas e os julgamentos financeiros são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e Premissas Financeiras Críticas
Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas financeiras resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores financeiras de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas financeiras são reconhecidos no exercício da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de Receita

A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pelo aluguel de imóveis no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Imposto de Renda, Contribuição Social e outros Impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos com base na diferença entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor.

Nota 4. Gestão de Risco Financeiro

4.1 Considerações Gerais e Políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratadas aplicações financeiras. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

4.2 Fatores de Riscos Financeiros

As atividades da companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da companhia.

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de exercícios anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de Mercado

Risco de Crédito
O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de Liquidez
A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Caixa e Bancos	19	26
	19	26

Nota 6. Contas a Receber de Clientes

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Contas a Receber de Clientes	441	409
	441	409

Nota 7. Outros Direitos Realizáveis

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Partes Relacionadas - Acionistas	1.191	421
Adiantamentos a Terceiros	326	875
	1.517	1.296

Nota 8. Depósitos Judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão demonstrados pelos valores históricos e eventuais variações serão reconhecidas no resultado do exercício em que a Companhia tiver seus pleitos deferidos.

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Depósitos Judiciais		
Depósito Judicial Recursal (a)	101	91
PIS Faturamento (b)	1	7
INSS (b)	752	748
Contribuição Social (b)	777	725
Aplicações Financeiras - Cauções (c)	0	263
	1.631	1.834
Depósitos Judiciais Tributários		
Funrural (c)	7.227	6.961
Incra (c)	1.028	990
Imposto de Renda (c)	16	16
Finsocial (c)	521	502
Pis/Rob	3	0
	8.795	8.469
	10.426	10.303

Nota:

(a) Depósitos para garantia de processos trabalhistas com recursos judiciais de embargos à execução e agravos de petições.

(b) São valores de impostos e contribuições que estão em processo de contestação pela Companhia.

(c) São valores referentes a aplicações financeiras caução para garantia de aluguéis de imóveis, cuja contrapartida está na conta do passivo de Adiantamento de Clientes.

(c) Com o amparo de ações judiciais, foram registrados créditos fiscais resultantes dos pagamentos indevidos de impostos e contribuições. Esses créditos quando e se julgados favoráveis para a Companhia serão utilizados na compensação de valores a pagar de impostos e contribuições de mesma natureza. A classificação no Não Circulante levou em consideração a expectativa de compensação dos créditos ao longo do tempo.

Nota 9. Investimentos

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Fiação NE do Brasil	52	52
	52	52

Nota 10. Imobilizado

Bens do ativo imobilizado foram oferecidos como garantia de ações judiciais em curso.

				31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Imobilizado	Taxa Dep. (%)	Custo Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Edifícios	4%	10.778	(10.778)	0	0
Equip. Processamento de Dados	20%	5	(5)	0	0
Terrenos	-	7.245	0	7.245	7.245
		18.028	(10.783)	7.245	7.245

Não houveram aquisições, baixas e depreciação durante o exercício de 2024.

Nota 11. Fornecedores

A Companhia possui títulos de fornecedores registrados no passivo circulante (com prazo de vencimento em até 12 meses) representando R$ 163, em 31 de dezembro de 2024 (R$ 266, em 31 de dezembro de 2023).

Nota 12. Obrigações Fiscais e Tributárias

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Irrf A Recolher	6	6
Pis A Recolher	204	202
Cofins A Recolher	937	932
Contribuições Retidas A Recolher	5	3
Inss Retido A Recolher	2	2
Irrf Retidos Terceiros	1	1
Iss Retido A Recolher	7	7
Parcelamento ISS	201	201
Refis INSS a Recolher	10	10
Parcelamento Transação Individual PGFN Demais Débitos (a)	1.635	20.051
Parcelamento Transação Individual PGFN Débitos Previdenciários (a)	2.386	25.393
Parcelamento Icms	9.513	11.263
Refis Inss A Recolher	41	48
	83.899	**122.860**
Circulante	81.330	122.812
Não Circulante	2.569	48

a) Referem-se aos parcelamentos efetuados através da Transação Individual, conforme Lei nº 13.988/20 e da Portaria PGFN 6.757/22, cujo deferimento ocorreu em 03 de novembro de 2024.

Os saldos dos débitos inscritos em dívida, foram parcelados em 36 parcelas na PGFN, com redução de até 65% de juros e multas a cada uma das inscrições. Para ambos, o primeiro pagamento ocorreu em novembro de 2024. O montante de redução de juros e multas totalizou R$ 33.749, contabilizados em contrapartida de "Outras Receitas e Despesas" no resultado, conforme disposto na nota explicativa "21".

Também foi deferido a utilização de créditos de Prejuízos Fiscais e Base Negativa da Contribuição para amortização de parte do saldo devedor após a aplicação dos descontos em 70%, para a modalidade Demais Débitos e para a modalidade Previdenciário, limitado ao crédito disponível apresentado. O montante utilizado representa R$ 9.652, registrados em contrapartida de IR e CS diferidos, nas contas de resultado, conforme nota explicativa "22".

O vencimento final desse parcelamento até 29/10/27. As parcelas vêm sendo pagas no vencimento.

Nota 13. Provisão para Contingências

A Companhia possui passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante contabilizado de ações com probabilidade de perda provável representa R$ 19.763 (R$ 19.763, em 31 de dezembro de 2024).

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Circulante		
Provisão Para Contingencias Trabalhistas	3.990	3.990
Provisão Para Contingencias Cível	10.620	10.620
Não Circulante		
Provisão Para Contingencias Deposito Judicial	5.153	5.153
	19.763	19.763

(a) Parcela do Circulante

Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis, trabalhistas e autos de infração não correspondidos por depósitos judiciais.

(b) Parcela do não circulante

Refere–se a valores provisionados e não recolhidos de impostos e contribuições que vêm sendo contestados judicialmente pela Companhia, correspondidos por depósitos judiciais conforme descrito na nota explicativa 08.

Nota 14. Debêntures

Saldo refere-se a debêntures de 3ª emissão nominativas simples com garantia flutuante não conversível em ações, com remuneração baseada na variação da TJLP acrescida de juros anuais de 3% (três por cento), registrados até a data do vencimento final, que ocorreu em fevereiro de 2003. Com relação ao processo, o departamento jurídico da companhia informa que se encontra arquivado provisoriamente, pendente de uma solução entre credor e devedor. A Administração da Companhia vem ultimando negociações deste instrumento, estando sob responsabilidade dos credores a avaliação da proposta da Administração da Companhia para sua repactuação, consistindo de alongamento de prazos e redução de juros em condições favoráveis à Organização.

Nota 15. Empréstimos de Terceiros

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Circulante		
Inepar Administração e Participações S.A.	737	749
	737	749
Não Circulante		
Inepar FEM	5.769	5.769
IESA Projetos e Montagens S.A.	2.949	2.949
Inepar S.A. Indústria e Construção	83	83
	8.801	8.801
Total Geral	9.538	9.550

Nota 16. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social representa montante de R$ 107.838 composto por 6.621.487 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2023 eram 6.621.487) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Capital Social Subscrito	107.838	107.838
	107.838	107.838

Nota 17. Prejuízos Fiscais

A Companhia possui prejuízos fiscais em montante aproximado de R$ 176.461, em 31 de dezembro de 2024 (R$ 201.170, em 31 de dezembro de 2023) e base negativa de contribuição social de R$ 192.937, em 31 de dezembro de 2024 (R$ 217.646, em 31 de dezembro de 2023), para serem compensados com lucros tributáveis futuros ou outras formas estabelecidas na legislação aplicável.

Conforme apresentado na nota explicativa "12", em novembro de 2024, foi deferida a utilização de créditos dos Prejuízos Fiscais e da Base Negativa da Contribuição, para amortização do saldo devedor dos débitos inscritos na PGFN, que totalizaram R$ 9.652, cujo valor foi reconhecido em contrapartida da conta IR e CS Diferidos, nas contas de resultado. Em função da impossibilidade de assegurar, neste momento, a geração de resultados futuros, os correspondentes créditos fiscais restantes, não foram reconhecidos nos balanços patrimoniais dos exercícios anteriores e atual.

Nota 18. Receita Operacional Líquida

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Receita Operacional Bruta	2.539	2.504
Receita com Aluguéis	2.539	2.504
Deduções da Receita Operacional Bruta	(232)	(226)
Impostos e Contribuições	(232)	(226)
Receita Operacional Líquida	2.307	2.278

Nota 19. Despesas Gerais e Administrativas

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Despesas com Pessoal	(447)	(453)
Despesas operacionais	(1.448)	(1.299)
Despesas tributárias	(1.004)	(771)
	(2.899)	(2.523)

Nota 20. Despesas Financeiras

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
(+) Receitas Financeiras		
Correção de Ativos	376	539
	376	539
(-) Despesas Financeiras		
Juros Tributos Municipais	(3.126)	(6.389)
Juros Tributos Estaduais	(183)	(259)
Juros Tributos Federais	(2.097)	(956)
	(5.406)	(7.604)
Resultado Financeiro	(5.030)	(7.065)

Nota 21. Outras Receitas/Despesas Operacionais

	31 de Dezembro de 2024	31 de Dezembro de 2023
Outras Receitas	1.944	285
Descontos Previstos em Lei (a)	33.749	0
	35.693	285

(a) No exercício de 2024, conforme apresentado na nota explicativa "12", obteve redução de juros e multas através da Transação Individual da PGFN para os saldos dos demais débitos e débitos previdenciários inscritos em dívida ativa, que foram parcelados em novembro de 2024.

Nota 22. IR e CS Diferidos

Conforme apresentado na nota explicativa "12", no exercício de 2024, foram reconhecidos os créditos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição para fins de liquidação parcial dos débitos inscritos em dívida ativa junto a PGFN, através do deferimento da Transação Individual, no montante de R$ 9.652, os quais foram reconhecidos em contrapartida da conta de IR e CS Diferidos, nas contas de resultado.

Nota 23. Cobertura de Seguros (Não Auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo e de responsabilidade civil.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

DIRETORIA EXECUTIVA:
Elizabeth do Rocio de Freitas – Diretora Presidente e Diretora de Relações com Investidores
Jussara do Rocio Gomes Ferreira Lopes – Diretora Comercial

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
Elizabeth do Rocio de Freitas
Eduardo Vinicius Guimarães
Alessandro Gomes Ferreira Lopes

CONTADOR: José Ednilson Kos – CPF 769.068.179-49 – CRC-1PR037970/O-2

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A.

DECLARAÇÃO

Nordon Indústrias Metalúrgicas S/A, inscrita no C.N.P.J sob número 60.884.319/0001-59, estabelecida na Alameda Roger Adam, nº 169 – Utinga – Santo André/SP, DECLARA, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 27, § 1º, Inciso V da Instrução CVM nº 80/22, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes relativo ao Balanço Patrimonial de 31/12/2024.

Santo André, 26 de março de 2025.

Elizabeth do Rocio de Freitas
Diretora Adm. Financeira

Jussara do Rocio Gomes Ferreira Lopes
Diretora Comercial

Rua Comendador Araújo, 143 - 6º Andar -Sala 62 - Edifício Everest - Centro.
Curitiba – Paraná-Cep 80420-000
Fones: (41) 3029-1806 /Fax: (41) 3029-1810

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A.

DECLARAÇÃO

Nordon Indústrias Metalúrgicas S/A, inscrita no C.N.P.J sob número 60.884.319/0001-59, estabelecida na Alameda Roger Adam, nº 169 – Utinga – Santo André/SP, DECLARA, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 27, § 1º, Inciso VI da Resolução CVM nº 80/22, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras de 31/12/2024.

Santo André, 26 de março de 2025.

Elizabeth do Rocio de Freitas
Diretora Adm. Financeira

Jussara do Rocio Gomes Ferreira Lopes
Diretora Comercial

Rua Comendador Araújo, 143 - 6º Andar -Sala 62 - Edifício Everest - Centro.
Curitiba – Paraná-Cep 80420-000
Fones: (41) 3029-1806 /Fax: (41) 3029-1810